

## **Cargo: Fiscal**

### **Língua Portuguesa**

Leia o texto “Casa no Campo”, música do compositor Zé Rodrix, e responda o que se pede.

Eu quero uma casa no campo  
Onde eu possa compor muitos “rocks rurais”  
E tenha somente a certeza  
Dos amigos do peito e nada mais.  
Eu quero uma casa no campo  
Onde eu possa ficar  
Do tamanho da paz  
E tenha somente a certeza  
Dos limites do corpo  
E nada mais.  
Eu quero carneiros e cabras pastando  
Solenes no meu jardim  
Eu quero o silêncio das línguas cansadas  
Eu quero a esperança de óculos  
Meu filho de cuca legal  
Eu quero plantar e colher com amor  
A pimenta e o sal  
Eu quero uma casa no campo  
Do tamanho ideal, pau a pique, sapê  
Onde eu possa guardar  
Meus amigos, meus discos,  
Meus livros e nada mais.

**01.** As expressões sublinhadas estão substituídas por pronomes, nos parênteses. Essa substituição está incorreta apenas na alternativa:

- a) “... cantar muitos rocks rurais” (cantá-los).
- b) “Eu quero plantar e colher com amor  
A pimenta e o sal” (plantá-los).
- c) “Eu quero uma casa no campo” (eu a quero).
- d) “Eu quero a esperança de óculos” (quero-lhe).

**02.** A partir da leitura da letra da música, pode-se inferir que a vida a que o poeta não se refere é a:

- a) rural.
- b) urbana.
- c) rústica.
- d) bucólica.

**03.** A casa a que o poeta se refere é a:

- a) vista em filmes.
- b) impossível de ser realizada.
- c) pertence ao passado.
- d) idealizada.

**04.** Os trechos abaixo estão desordenados, mas compõem um texto. Ordene-os nos parênteses e assinale a alternativa correspondente à ordem que assegura coesão e coerência ao texto.

( ) **I.** Em seu Parecer, já enviado ao TSE, em que responde à consulta nº 1062, está expresso o entendimento de que o Parecer da AGU viola o artigo 73, VI, “a”, da Lei 9.504/97.

( ) **II.** O subprocurador-geral da República, com aprovação do vice procurador geral eleitoral, contesta a posição da Advocacia Geral da União (AGU) que permite a liberação de recursos para obras e serviços iniciados nos três meses que antecedem as eleições municipais.

( ) **III.** O subprocurador geral da República conclui, então, que “o tão só posicionamento liberalizante de verbas em período vedado por lei está a merecer o conhecimento da presente consulta e sua resposta negativa para prevenir eventuais equívocos de interpretação, passíveis de quebra do princípio isonômico que deve presidir o embate eleitoral.

( ) **IV.** Tal dispositivo legal proíbe aos agentes públicos “realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e

Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados o recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma pré-fixados, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública”.

(adaptado de [www.mpu.gov.br/natcias/\\_05/07/2004](http://www.mpu.gov.br/natcias/_05/07/2004))

A ordem correta dos trechos é:

- a) II – IV – III – I.
- b) I – II – III – IV.
- c) II – I – IV – III.
- d) III – IV – II – I.

**05.** Assinale a alternativa em que o vocábulo encontra-se corretamente acentuado.

- a) hífen.
- b) ítem.
- c) ítems.
- d) catéter.

**06.** Assinale a alternativa na qual as duas formas verbais estão grafadas corretamente:

- a) ele lêem - elas vêm (verbo vir).
- b) eles crêm – vocês mantém (verbo manter).
- c) ele contem – ela veem (verbo ver).
- d) isto convém – eles veem (verbo ver).

**07.** Todas as palavras estão corretamente grafadas, EXCETO uma, na alternativa:

- a) histórico-geográfico, lagostim, mantenedor.
- b) bio-sistema, contrarregra, fotobiografia.
- c) aeroporto, canalizável, espreguiçadeira.
- d) hombridade, historieta, hipoteca.

**08.** Assinale a alternativa que apresenta a concordância verbal INCORRETA:

- a) Há de existir votos anulados para a Presidência da República.
- b) Há de haver muitas filas nas portas das zonas eleitorais.
- c) Não se anunciou, durante o sorteio, os nomes dos vencedores do prêmio.
- d) Devem existir situações que não sejam agradáveis a todos.

**09.** O prefixo “des”, encontrado na frase “– Desencosta da mesa do professor, o cara!” tem um significado que só não se repete na palavra da alternativa:

- a) desenvolver.
- b) desperdiçar.
- c) desarrumar.
- d) desaparecer .

**10.** “O carro andou sozinho. Ela havia esquecido de puxar o freio de mão.” O ponto final entre as duas orações pode ser substituído, sem prejuízo de sentido para o texto, por um dos conectivos abaixo. Assinale-o:

- a) que.
- b) pois.
- c) mas.
- d) contudo.

**11.** À locução “de porco” corresponde o adjetivo “suíno”. Em qual das alternativas abaixo a correspondência entre a locução e o adjetivo encontra-se INCORRETA?

- a) zona de guerra = zona bélica.
- b) comida sem sal ou de pouco sal = comida insossa.
- c) greve de professores = greve docente.
- d) navegação por rio = navegação pluvial.

**12.** A alternativa que completa corretamente o período abaixo é: \_\_\_\_\_ Sociedade deve-se oferecer educação de qualidade, pois um povo educado não se omite; prefere \_\_\_\_\_ reação \_\_\_\_\_ acomodação.

- a) A, a, a.

- b) À, à, à.
- c) À, a, à.
- d) A, à, a.

13. Observe o emprego dos pronomes relativos nas alternativas abaixo:

- I - Está é a mulher da qual fiz alusão.
- II - Ali está o homem de cujo o auxílio necessito.
- III - Este é o autor a cuja obra me referi.
- IV - Estes são os livros de que tanto gostei.

Podemos afirmar que estão corretos:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

14. Na oração “Ela fez tudo conforme as instruções.”, a palavra em destaque é um/uma:

- a) adjetivo.
- b) preposição.
- c) conjunção subordinativa comparativa.
- d) conjunção subordinativa conformativa.

15. Assinale a alternativa em que a supressão da vírgula modifica o sentido do enunciado.

- a) Nossos pesquisadores, que se encontram comprometidos com o desenvolvimento dos países do primeiro mundo, acabam se tornando menos criativos que os demais.
- b) A atividade científica, nos países desenvolvidos, é tão comum quanto as outras atividades econômicas.
- c) Os países menos desenvolvidos estão buscando, atualmente, soluções para seus problemas na cultura dos países desenvolvidos.
- d) Torna-se, portanto, imperativa uma revisão no processo de desenvolvimento tecnológico.

16. Temos um discurso direto apenas na alternativa:

- a) “Alice abriu a boca no mundo, a lamentar-se da infeliz vida que levava junto ao marido.”
- b) “Agora – acrescentou Mikail –, é que os russos hão de ir-se à forra.”
- c) “Ela confessou-me que estava cansada daquela vida de meretriz.”
- d) “O homem disse-me, constringido, que não fazia ideia de que existiam tantos loucos na cidade.”

### Conhecimentos Específicos

17. Nos termos do Plano Diretor da Estância Turística de Piraju (Lei Municipal n° 2.792/2.004), constitui-se como objetivo geral da política de desenvolvimento sustentável, exceto:

- a) Gerar empregos e renda.
- b) Melhorar integração campo cidade.
- c) Ter economia atuante e abrangente.
- d) Melhorar a organização social e urbana.

18. Considera-se habitação de interesse social aquela destinada à população que vive em condição habitabilidade precária ou auferir renda familiar:

- a) Inferior a três salários mínimos.
- b) Inferior a cinco salários mínimos.
- c) Entre dois e cinco salários mínimos.
- d) Entre um e quatro salários mínimos.

19. Nos termos do Plano Diretor de Piraju, estabelecimentos que possuam ao menos processo de fabricação de carvão de pedra - fabricação de produtos derivados de destilação, são enquadrados como indústria:

- a) De risco ambiental alto.
- b) De risco ambiental moderado.
- c) De risco ambiental leve.
- d) De grande impacto ambiental ou perigosas.

20. Na zona rural do município de Piraju, o lote mínimo é o módulo rural, e as edificações para fins residenciais não poderão exceder o coeficiente de aproveitamento de:

- a) 2,4
- b) 0,03
- c) 1,2
- d) 1,0

21. De acordo com o Plano Diretor do Município de Piraju, na zona de expansão urbana de uso misto:

- a) É possível seu uso para fins urbanos de moradia e instalação de indústrias classificadas como I.4 pela Lei Estadual n° 5.597/87, e constante do anexo III, desde que autorizada pelo Executivo municipal.
- b) É possível seu uso para fins urbanos de comércio e instalações de indústrias classificadas como I.3 pela Lei Estadual n° 5.597/87 e constante do anexo III, desde que autorizada pelo Executivo municipal.
- c) É possível seu uso para fins urbanos de moradia, comércio e instalação de indústrias classificadas como I.2 pela Lei Estadual n° 5.597/87 e constantes do anexo III, sem a necessidade de autorização do Executivo municipal.
- d) É possível seu uso para fins urbano, de moradia, comércio e serviço local e indústrias classificadas como I.1 pela Lei Estadual n° 5597/87 e constantes do anexo III, mediante autorização do Executivo municipal.

22. Assinale a alternativa incorreta quanto às definições contidas no art. 3º, da Lei Municipal n° 2.797/2004 (Lei de Uso e Ocupação do Solo na Estância Turística de Piraju):

- a) Alinhamento é a linha divisória entre terreno de propriedade particular logradouro público.
- b) Área ocupada é a área de projeção horizontal de edificação sobre o terreno.
- c) Via de circulação é o espaço de uso destinado somente a circulação de veículos.
- d) Frente do lote é a divisa lindeira à via oficial de circulação que dá acesso ao lote.

23. No termos do art. 8º da Lei Municipal n° 2.793/2004, a caução de garantia da execução das áreas de infraestrutura previstas na apuração do parcelamento do solo, prestada pelo loteador será de imóvel com valor correspondente a no mínimo:

- a) Cem por cento dos custos das obras a serem realizados.
- b) Cinquenta por cento dos custos das obras a serem realizadas.
- c) Cento e vinte por cento dos custos das obras a serem realizadas.
- d) Oitenta por cento dos custos das obras a serem realizadas.

24. Nos termos do art. 13, da Lei Municipal n° 2.793/2004, o leito carroçável das vias de circulação deverá apresentar:

- a) Declividade longitudinal não superior a 10% e não inferior a 0,5 %
- b) Declividade longitudinal entre 12% e 15%
- c) Declividade longitudinal até o limite de 20% e não inferior a 0,2%
- d) Declividade longitudinal máxima de 5%

25. De acordo com o art. 35, da Lei Municipal n° 2.793/2004, as atividades tidas como incômodas por razão de perigo, ruído, odores ou tráfegos, somente poderão ser instaladas em relação a hospitais, por distância:

- a) De pelo menos oitenta metros.
- b) De mais de cem metros.
- c) De pelo menos sessenta metros.
- d) De pelo menos cinquenta metros.

26. Os casos omissos, não previstos na Lei Municipal n° 2.793/2.004, são analisados:

- a) Pela Câmara Municipal, através de seu Presidente.
- b) Pelo engenheiro responsável da Prefeitura Municipal.

- c) Pelo diretor administrativo da Prefeitura Municipal.
- d) Pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município.

27. Nos termos da Lei Municipal n° 2.794/2.004 (Código de Obras de Piraju), em seu art. 19, constatando-se que a obra foi realizada dentro dos preceitos exigidos, a expedição do habite-se pelo órgão competente se dará em:

- a) Quinze dias, contados da conclusão da obra.
- b) Trinta dias, contados da data de entrega do requerimento de habite-se.
- c) Quinze dias, contados da data de entrega do requerimento de habite-se.
- d) Trinta dias, contados da conclusão da obra.

28. Em relação às condições gerais das edificações previstas na Lei Municipal n° 2.794/2.004, as paredes de alvenaria de tijolo comum que constituem divisões entre edificações distintas deverão ter espessura:

- a) Máxima de 0,25 m.
- b) Mínima de 0,25 m.
- c) Máxima de 0,15 m.
- d) Mínima de 0,15 m.

29. Além das disposições previstas no Plano Diretor do Município de Piraju e da Lei Municipal n° 2.794/2.004, os postos revendedores de combustíveis estarão sujeitos às seguintes disposições:

- a) Cobertura do estabelecimento devendo ser metálica, com pé direito mínimo de 5,50 m, e não avançar sobre o passeio.
- b) Estar localizado em terreno com área mínima de 600,00 m<sup>2</sup> e frente mínima de 15,00m.
- c) Não existir em um raio mínimo de 200,00 m, demarcado do centro do terreno, nenhuma construção destinada a escola, hospital, creches e similares.
- d) Serem dotados de reservatórios de água potável com capacidade mínima de 1.000 litros.

30. A respeito da construção de garagens e áreas de estacionamento no município de Piraju, a Lei Municipal n° 2.794/2.004 determina em seu art. 68 que:

- a) Deverão ter pé-direito de 2,00 m, no mínimo.
- b) Qualquer rampa de acesso a garagens com declividade superior a quinze por cento deverá ter término a no mínimo 5,00 m do alinhamento do terreno.
- c) Não será permitido que as vagas de veículos exigidas para as edificações ocupem áreas liberadas pelos afastamentos laterais, frontais ou de fundos, mesmo quando descobertas.
- d) Devem ter comunicação direta com compartimento de permanência prolongada.

31. Nos termos do art. 9º, da Lei Municipal n° 2.794/2.004, o Alvará de Construção fornecido pelo Poder Executivo terá validade de:

- a) Seis meses.
- b) Um ano.
- c) Três anos.
- d) Dois anos.

32. O art. 39, da Lei Municipal n° 2.794/2.004 determina que os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouro público, pavimentado ou dotado de meio-fio são obrigados a pavimentar o passeio com material antiderrapante no percentual:

- a) Máximo de oitenta por cento do passeio.
- b) Máximo de sessenta por cento do passeio.
- c) Máximo de cinquenta por cento do passeio.
- d) Máximo de quarenta por cento do passeio.

33. As diretrizes preliminares fornecidas pelo Poder Executivo para o parcelamento do solo, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal n° 2.793/2.004, serão canceladas quando o

interessado deixar de apresentar o requerimento para a aprovação definitiva depois de ocorridos:

- a) Dois anos.
- b) Um ano.
- c) Três anos.
- d) Cento e oitenta dias.

34. Segundo o art. 21, da Lei Municipal n° 2.793/2.004, as vias de circulação deverão ter:

- a) Largura mínima de 12,00 m, sendo 8,00 m para o leito carroçável e 2,00 m para cada um dos passeios.
- b) Largura mínima de 10,00 m, sendo 5,00 m para o leito carroçável e 2,50 m para cada um dos passeios.
- c) Largura mínima de 14,00 m, sendo 9,00 m para o leito carroçável e 2,50 m para cada um dos passeios.
- d) Largura mínima de 13,00 m, sendo 7,00 m para o leito carroçável e 3,00 m para cada um dos passeios.

35. O valor da outorga onerosa de que trata o art. 70, do Plano Diretor do Município de Piraju, para fins de concessão de licença para construir área superior àquela permitida pelo coeficiente de aproveitamento terá por base:

- a) Vinte por cento do valor de mercado do terreno que suporte, no local da outorga, área construída equivalente.
- b) Dez por cento do valor de mercado do terreno que suporte, no local da outorga, área construída equivalente.
- c) Sessenta por cento do valor de mercado do terreno que suporte, no local da outorga, área construída equivalente.
- d) Cinquenta por cento do valor de mercado do terreno que suporte, no local da outorga, área construída equivalente.

36. De acordo com o Plano Diretor de Piraju, é vedado o parcelamento de áreas localizadas:

- a) No interior do círculo de 1.000 metros de raio, traçado a partir do centro das Lagoas de Tratamento de Esgotos e do centro do Aterro Sanitário.
- b) No interior do círculo de 500 metros de raio, traçado a partir do centro das Lagoas de Tratamento de Esgotos e do centro do Aterro Sanitário.
- c) No interior do círculo de 200 metros de raio, traçado a partir do centro das Lagoas de Tratamento de Esgotos e do centro do Aterro Sanitário.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

37. Nos termos do Plano Diretor de Piraju, entendem-se como “vazios urbanos” os terrenos ou glebas que tenham área superficial igual ou superior a:

- a) Duas vezes a área mínima de lote, prevista para a zona ou área onde o mesmo se encontre.
- b) Dez vezes a área mínima de lote, prevista para a zona ou área onde o mesmo se encontre.
- c) Oito vezes a área mínima de lote, prevista para a zona ou área onde o mesmo se encontre.
- d) Cinco vezes a área mínima de lote, prevista para a zona ou área onde o mesmo se encontre.

38. Nos termos do art. 13, da Lei Municipal n° 2.794/2.004, deverá obrigatoriamente ser mantido na obra, os seguintes documentos, exceto:

- a) Alvará de construção.
- b) Jogo de cópias do projeto aprovado pelo Executivo Municipal.
- c) Certidão negativa de impostos municipais.
- d) Cópia da ART do responsável técnico.

39. As notificações expedidas com intuito de regularização do projeto ou da obra, nos termos do art. 74, da Lei Municipal n° 2.794/2.004, deverão ser cumpridas no prazo de:

- a) Quinze dias.
- b) Cinco dias.
- c) Trinta dias.
- d) Vinte dias.

- 40.** As habitações de interesse social, em razão de suas dimensões, são assim consideradas quando possuir no máximo:
- a)** 60,00 m<sup>2</sup> de área construída, integrando ou não conjuntos habitacionais.
  - b)** 80,00m<sup>2</sup> de área construída, integrando ou não conjuntos habitacionais.
  - c)** 100,00 m<sup>2</sup> de área construída, integrando ou não conjuntos habitacionais.
  - d)** 120,00 m<sup>2</sup> de área construída, integrando ou não conjuntos habitacionais.